



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 98.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 21/05/2026

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 21/05/2026

ORDEM DO DIA

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.900, de 2025, que acrescenta dispositivos à Lei nº 14.600, de 2023, para estabelecer a competência privativa do órgão federal responsável pela agricultura para análise econômica e manifestação prévia vinculante sobre atos normativos que impactem espécies de interesse produtivo. Argumentou que a proposta enfraqueceria mecanismos de proteção do meio ambiente e reduziria competências da Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO), concentrando decisões no Ministério da Agricultura e Pecuária. Por fim, associou a iniciativa às mudanças climáticas e à degradação ambiental.

Pezenti (MDB - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.900, de 2025, que acrescenta dispositivos à Lei nº 14.600, de 2023, para estabelecer a competência privativa do órgão federal responsável pela agricultura para análise econômica e manifestação prévia vinculante sobre atos normativos que impactem espécies de interesse produtivo.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.900, de 2025, que acrescenta dispositivos à Lei nº 14.600, de 2023, para estabelecer a competência privativa do órgão federal responsável pela agricultura para análise econômica e manifestação prévia vinculante sobre atos normativos que impactem espécies de interesse produtivo.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.900, de 2025, que acrescenta dispositivos à Lei nº 14.600, de 2023, para estabelecer a competência privativa do órgão federal responsável pela agricultura para análise econômica e manifestação prévia vinculante sobre atos normativos que impactem espécies de interesse produtivo. Em seguida, lamentou a não realização da leitura para instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) relacionada ao Banco do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e defendeu a investigação do caso pelo Congresso Nacional. Ademais, afirmou que a população esperava esclarecimentos sobre o tema e pediu apoio das Mesas Diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como das lideranças partidárias, para viabilizar a CPMI.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 98.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 21/05/2026

Pezeni (MDB - SC) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 5.900, de 2025, que acrescenta dispositivos à Lei nº 14.600, de 2023, para estabelecer a competência privativa do órgão federal responsável pela agricultura para análise econômica e manifestação prévia vinculante sobre atos normativos que impactem espécies de interesse produtivo.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 5.900, de 2025, que acrescenta dispositivos à Lei nº 14.600, de 2023, para estabelecer a competência privativa do órgão federal responsável pela agricultura para análise econômica e manifestação prévia vinculante sobre atos normativos que impactem espécies de interesse produtivo. Na oportunidade, defendeu o agronegócio e criticou o Governo Federal.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 5.900, de 2025, que acrescenta dispositivos à Lei nº 14.600, de 2023, para estabelecer a competência privativa do órgão federal responsável pela agricultura para análise econômica e manifestação prévia vinculante sobre atos normativos que impactem espécies de interesse produtivo. Na oportunidade, ressaltou a atuação do Governo Lula no incentivo à produção agropecuária e destacou os recursos destinados ao Plano Safra. Além disso, argumentou que a proteção ambiental e a produção agrícola não são incompatíveis, alertou para os impactos das mudanças climáticas, como secas e enchentes, criticou a concentração de decisões em órgãos federais ligados ao setor produtivo, e defendeu a manutenção de competências de conselhos e instâncias ambientais, inclusive da Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO). Por fim, defendeu uma análise integrada entre produção econômica e preservação ambiental.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado manifestou preocupação com o que classificou como esvaziamento das prerrogativas parlamentares e afirmou que integrantes da Oposição estariam sendo investigados por manifestações feitas na tribuna da Câmara dos Deputados. Além disso, relatou conversas com lideranças partidárias e com o Presidente do Congresso Nacional, Senador Davi Alcolumbre, sobre o tema. Por fim, defendeu maior atuação do Congresso Nacional na proteção das competências parlamentares e na preservação da Constituição Federal, sustentando que a situação representaria risco à democracia e às atribuições do Poder Legislativo.

Pezeni (MDB - SC) - O Deputado agradeceu o apoio ao projeto relatado por ele e de autoria do Deputado Pedro Lupion, relacionado à regulamentação de espécies exóticas invasoras, o Projeto de Lei nº 5.900, de 2025, que acrescenta dispositivos à Lei nº 14.600, de 2023, para estabelecer a competência privativa do órgão federal responsável pela agricultura para análise econômica e manifestação prévia vinculante sobre atos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 98.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 21/05/2026

normativos que impactem espécies de interesse produtivo. Na continuidade, rebateu críticas da Esquerda e afirmou que a proposta não retiraria competências ambientais, mas buscaria ampliar o debate técnico sobre o tema. Citou o exemplo da tilápia para questionar critérios de classificação ambiental e defendeu que produtores rurais possuem interesse direto na preservação do meio ambiente por dependerem dos recursos naturais para a atividade produtiva. Por fim, criticou posicionamentos ideológicos que, segundo declarou, prejudicariam o desenvolvimento do País.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada registrou voto contrário da Federação Brasil da Esperança à redação final relacionada às Áreas de Proteção Ambiental (APAs) do Projeto de Lei nº 5.900, de 2025, que acrescenta dispositivos à Lei nº 14.600, de 2023, para estabelecer a competência privativa do órgão federal responsável pela agricultura para análise econômica e manifestação prévia vinculante sobre atos normativos que impactem espécies de interesse produtivo. Na oportunidade, criticou o que classificou como esvaziamento das competências dos órgãos ambientais. Além disso, afirmou que a matéria reduziria a participação de conselhos e instâncias ambientais, inclusive no Distrito Federal, ao condicionar decisões sobre preservação ambiental à autorização de Ministérios ligados à agricultura e à pesca. Por fim, sustentou que a proposta enfraqueceria o olhar ambiental, além de atingir o pacto federativo.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 3.240, de 2025, que altera a Lei nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação), e a Lei nº 8.429, de 1992 (Lei da Improbidade Administrativa), para vedar a imposição de sigilo sobre informações relativas a gastos da Administração Pública Federal, nos termos que especifica.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado proferiu parecer às Emendas de Plenário oferecidas ao Projeto de Lei nº 3.240, de 2025, que altera a Lei nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação), e a Lei nº 8.429, de 1992 (Lei da Improbidade Administrativa), para vedar a imposição de sigilo sobre informações relativas a gastos da Administração Pública Federal, nos termos que especifica.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 3.240, de 2025, que altera a Lei nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação), e a Lei nº 8.429, de 1992 (Lei da Improbidade Administrativa), para vedar a imposição de sigilo sobre informações relativas a gastos da Administração Pública Federal, nos termos que especifica. Aproveitou para criticar o Partido dos Trabalhadores (PT) e a gestão do Governo Lula.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 98.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 21/05/2026

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 3.240, de 2025, que altera a Lei nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação), e a Lei nº 8.429, de 1992 (Lei da Improbidade Administrativa), para vedar a imposição de sigilo sobre informações relativas a gastos da Administração Pública Federal, nos termos que especifica. Na oportunidade, defendeu a transparência pública e afirmou que o sigilo deve ser aplicado apenas em situações relacionadas à segurança nacional e ao interesse público. Além disso, criticou o que classificou como uso irregular de sigilos durante o Governo Bolsonaro, mencionando dados do Portal da Transparência, informações sobre vacinação, registros da pandemia e despesas de viagens oficiais. Por fim, citou denúncias envolvendo o Senador Flávio Bolsonaro, o Banco Master e recursos públicos destinados à produção cinematográfica.

Sargento Fahur (PL - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 3.240, de 2025, que altera a Lei nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação), e a Lei nº 8.429, de 1992 (Lei da Improbidade Administrativa), para vedar a imposição de sigilo sobre informações relativas a gastos da Administração Pública Federal, nos termos que especifica. Em seguida, criticou o Governo Lula e integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT) sobre transparência e investigações relacionadas ao Banco Master. Além disso, mencionou gastos atribuídos à primeira-dama Janja e cobrou divulgação de informações sobre encontros envolvendo o Presidente Lula e o empresário Daniel Vorcaro. Por fim, rebateu críticas dirigidas ao ex-Presidente Jair Bolsonaro.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado criticou o que classificou como contradição entre os discursos da Esquerda e a realidade, apontando que 1.390 pautas solicitadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo* foram colocadas em sigilo, incluindo registros do cartão de Janja e informações do Palácio do Planalto e do Alvorada. Além disso, argumentou que o Governo atual não apresenta resultados próprios e recorre a fatos do período de 2015 a 2022 porque os dados de 2023 permanecem sob sigilo.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada questionou o relator do Projeto de Lei nº 3.240, 2025, sobre discrepâncias no processo de votação, apontando que apenas duas Emendas de Plenário foram identificadas, embora oito tivessem sido mencionadas. Além disso, sinalizou a ausência de parecer de mérito sobre a Emenda nº 2 de Plenário. Por fim, solicitou esclarecimentos ao relator para garantir transparência e regularidade no processo legislativo.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado esclareceu que as oito emendas pensadas ao Projeto de Lei nº 3.240, 2025, foram indeferidas por inadmissibilidade, sem análise de mérito. Explicou que a Emenda nº 2, referente ao tratamento do Executivo na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), já estaria contemplada na



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 98.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 21/05/2026

proposição, razão pela qual também foi rejeitada. Por fim, agradeceu as interrogações feitas pela Deputada Erika.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada afirmou ter certeza de que Deputado Sóstenes esclareceria o Projeto de Lei nº 3.240, 2025. Além disso, rejeitou as qualificações de fascista e golpista, declarando não se enquadrar em nenhuma dessas categorias.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada encaminhou a votação do art. 35-A da Lei nº 12.527, contido no art. 1º do Substitutivo apresentado no Projeto de Lei nº 3.240, de 2025, que altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), e a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), para vedar a imposição de sigilo sobre informações relativas a gastos da Administração Pública Federal. Reconheceu avanços na construção do texto em análise, mas defendeu a supressão de artigo específico que extrapola as prerrogativas constitucionais do Legislativo. Argumentou que o dispositivo permite ao Parlamento questionar e anular atos do Poder Executivo além do que a Constituição autoriza, ferindo a separação dos poderes, cláusula pétrea que só pode ser alterada por nova Constituição.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do art. 35-A da Lei nº 12.527, contido no art. 1º do Substitutivo apresentado no Projeto de Lei nº 3.240, de 2025, que altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), e a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), para vedar a imposição de sigilo sobre informações relativas a gastos da Administração Pública Federal. Além disso, associou a matéria a tentativas de desrespeito à Constituição e mencionou o financiamento de cerca de 134 milhões para um filme ligado a pessoa condenada.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado criticou o Governo Lula pela imposição de mais de 1.400 sigilos de 100 anos em 2023, conforme reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*. Informou que entre os itens classificados, estão agendas e correspondências da Primeira-Dama Janja da Silva, gastos com cartão corporativo, deslocamentos oficiais, despesas da Força Aérea Brasileira e visitas recebidas no Palácio da Alvorada. Por fim, apontou falta de transparência do Governo e associou os sigilos a supostas articulações contrárias aos interesses nacionais.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 35-A da Lei nº 12.527, contido no art. 1º do Substitutivo apresentado no Projeto de Lei nº 3.240, de 2025, que altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), e a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), para vedar a imposição de sigilo sobre informações relativas a gastos da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 98.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 21/05/2026

Administração Pública Federal. Além disso, registrou a presença do vereador Paulo Santana, de São Pedro da Aldeia (RJ), e informou o cadastramento de emenda de comissão de R\$ 4 bilhões para a saúde do Município. Por fim, fez críticas ao Governo Federal, apontando prejuízos aos aposentados e irregularidades envolvendo o Presidente da República.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado criticou o Governo por falta de transparência, citando três mil pedidos de informação negados e colocados sob sigilo entre 2023 e 2024, conforme reportagem do jornal *O Globo*. Além disso, rebateu declarações sobre o caso do Banco Master, afirmando que o Governo mantinha relações próximas com os envolvidos.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado parabenizou os autores do Projeto de Lei nº 3.240, de 2025, sobre transparência e extinção de sigilos prejudiciais ao País, citando os Deputados Gustavo Gayer, Marcel van Hattem, Amom Mandel e Giovani Cherini. Também agradeceu às assessorias de Jean Paolo e Débora, aos líderes partidários, à Deputada Erika Kokay, representante da liderança do Governo, e ao Partido dos Trabalhadores pela contribuição na construção do texto.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada defendeu destaque apresentado ao Projeto de Lei nº 3.240, de 2025, para adequar texto aprovado na Casa à Constituição, argumentando que a redação aprovada permite ao Legislativo invadir competências do Executivo, além do limite constitucional de fiscalização. Ademais, exaltou realizações do Governo Lula, como a redução do desemprego e programas sociais como o Pé-de-Meia. Também apontou irregularidades atribuídas ao Senador Flávio Bolsonaro, envolvendo recursos destinados a um filme, denúncias de rachadinha e vínculos com milícias. Por fim, associou o Governo anterior a tentativas de golpe e ao caso do Banco Master, afirmando que o Governo Lula agiu para combater a corrupção.

Sargento Fahur (PL - PR) - O Deputado alertou a população brasileira sobre a tentativa do Governo Lula de cercear a liberdade de expressão por meio de decreto que regulamenta as redes sociais e a internet. Além disso, criticou o que chamou de "sigilos criminosos" e fez referências ao histórico judicial do Presidente da República. Por fim, declarou oposição à visita íntima em presídios e conclamou a população a reagir.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado denunciou a alteração do Cartão da Gestante pelo Governo Lula, que substituiu o termo "mãe" por "pessoa que gesta", classificando a mudança como um ataque às mulheres e às mães. Acusou o Governo de naturalizar o aborto no mesmo documento, caracterizando-o como assassinato de inocentes. Além disso, chamou o Presidente Lula de "descondenado" e o Partido dos Trabalhadores (PT) de maior símbolo de corrupção do País. Denunciou ainda decreto governamental como



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 98.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 21/05/2026

ato de censura e característica de ditadura. Acusou o Governo de manter diálogos com facções criminosas, citando o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital (PCC). Por fim, classificou o PT como "Partido das Trevas" e convocou os cristãos e evangélicos a não votarem no Governo nas eleições de 4 de outubro.

Sargento Fatur (PL - PR) - O Deputado destacou a Operação Vénix, deflagrada pelo Ministério Público e pela Polícia Civil de São Paulo, que resultou na prisão de Deolane Bezerra por lavagem de dinheiro. Apontou como paradoxal o fato de Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola, preso ininterruptamente há mais de 27 anos e recolhido em presídio federal, ter sido alvo de novo mandado de prisão na mesma operação. Questionou como Marcola pode continuar chefiando o Primeiro Comando da Capital (PCC) de dentro de uma unidade prisional federal.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado celebrou os 100 dias do Pacto Brasil Contra o Femicídio, destacando os resultados obtidos pela articulação entre os três Poderes. Entre as conquistas, assinalou o mutirão nacional com mais de 6.300 prisões de agressores, a redução do prazo de análise das Medidas Protetivas de Urgência de 16 para cerca de 3 dias e 148 mil atendimentos realizados pelas Casas da Mulher Brasileira. No âmbito legislativo, apontou 4 projetos de lei estratégicos: o Projeto de Lei (PL) nº 2.083, de 2022, que reforça a proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, o PL nº 1.099 de 2024, que cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Violência contra a Mulher (CNPC Mulher), o PL nº 5.609 de 2019, que reconhece a decisão que fixa alimentos provisórios em medidas protetivas como título executivo judicial e o PL nº 3.257 de 2019, que amplia as hipóteses de concessão de medidas protetivas,. Além disso, mencionou o decreto que altera o Marco Civil da Internet para responsabilizar plataformas digitais por conteúdos misóginos. Por fim, defendeu a continuidade das iniciativas como condição para a construção de uma sociedade em que as mulheres vivam sem medo e com direitos garantidos.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado comunicou a aprovação, na Comissão de Viação e Transportes, do Projeto de Lei nº 5.770, de 2025, de autoria do Deputado Marcos Tavares, do qual foi relator. Informou que a proposta original instituía o Passe Livre Nacional do Professor, com gratuidade no transporte público urbano, intermunicipal e interestadual. Diante de questões constitucionais e de responsabilidade fiscal identificadas durante a análise, apresentou substitutivo que, em vez de impor gratuidade federal, permite que Estados e Municípios instituíam políticas de mobilidade para professores, respeitando a autonomia local e o equilíbrio dos contratos de concessão. Por fim, agradeceu ao autor da matéria e aos membros da Comissão pela aprovação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 98.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 21/05/2026

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado questionou reunião realizada no Palácio do Planalto entre o Presidente da República, integrantes de ministérios, o então futuro presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, e o controlador do Banco Master, Daniel Vorcaro, ocorrida fora da agenda oficial. Apontou que o encontro configuraria interferência indevida em decisão estratégica de ente privado, em possível violação ao princípio da impessoalidade e da moralidade previstos no Artigo 37 da Constituição Federal, bem como à Lei nº 12.813, de 2013, que trata do conflito de interesses, e ao Artigo 11 da Lei nº 8.429, de 1992, que versa sobre improbidade administrativa. Por fim, defendeu a convocação dos envolvidos ao Parlamento para prestar esclarecimentos e reafirmou que a transparência e o cumprimento rigoroso da lei são imperativos para a preservação das instituições democráticas.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado refletiu sobre a inversão de valores na sociedade brasileira, ao contrapor a visibilidade midiática de uma influenciadora investigada por suspeitas de lavagem de dinheiro e ligação com organizações criminosas à morte do policial Felipe, piloto de helicóptero da Polícia Civil do Rio de Janeiro, baleado em serviço. Apontou que a supervalorização da fama e do dinheiro em detrimento do caráter e do serviço público transmite referências equivocadas aos jovens. Por fim, defendeu o reconhecimento dos verdadeiros heróis do País e prestou homenagem ao policial Felipe e aos demais agentes de segurança pública que perdem a vida no cumprimento do dever.

Lêda Borges (REPUBLICANOS - GO) - A Deputada defendeu a necessidade de uma política nacional integrada de infraestrutura logística, com rodovias e ferrovias tratadas como modais complementares. Destacou as assimetrias logísticas do País, com ênfase no Entorno do Distrito Federal, onde milhares de trabalhadores enfrentam longos deslocamentos diários entre Goiás e Brasília (DF). Nesse contexto, ressaltou o projeto do trem regional entre Luziânia (GO) e Brasília (DF), com estudos técnicos concluídos, proposta encaminhada à Agência Nacional de Transportes Terrestres, audiências públicas previstas e com expectativa de leilão em 2027. Além disso, registrou que o Ministério do Meio Ambiente acolheu manifestação formal pela ampliação da elegibilidade de investimentos ferroviários no âmbito do Fundo Clima. Por fim, reafirmou o compromisso com a defesa de políticas públicas estruturantes voltadas à mobilidade regional e à redução das desigualdades históricas do País.

ENCERRAMENTO